

25 nov 2020 / 16:51

## Situação epidemiológica nas escolas agrava-se sem que o governo altere estratégia para a conter

**A lista de escolas divulgada pela FENPROF está prestes a atingir as mil e o número de infeções entre a população jovem, em seis meses, aumentou 20 vezes e já atinge 17,5% do total nacional. Porém, governo não altera a estratégia para as escolas, apresenta dados que não são credíveis e mantém prática de encobrimento da realidade. FENPROF exige mais e melhor prevenção e segurança nas escolas.**

A lista de escolas divulgada pela FENPROF em que já surgiram casos de infeção atingiu as novecentas e setenta e três (973). Um número muito distante das sessenta e oito (68) em que a Direção-Geral da Saúde (DGS) admite haver surtos e mais próximo das quatrocentas e setenta e sete (477) que, inicialmente, tinham sido adiantadas.

Para percebermos a falta de credibilidade do número oficial, basta ter em conta o conceito de surto estabelecido pela DGS na publicação "Referencial para as escolas | 2020": *Será considerado um surto em contexto escolar, qualquer agregado de 2 ou mais casos com infeção ativa e com ligação epidemiológica. Numa situação em que existam dois ou mais casos com origens diferentes, a atuação é análoga, pelo que doravante ambas se designam como "surtos".* Tendo por referência esta definição, a FENPROF está em condições de garantir que **os surtos existentes nas escolas não são 68, mas muitos mais**, talvez, pelo menos, os tais 477 inicialmente divulgados. Aliás, **mais de 68 surtos terão ocorrido só na última semana**, se tivermos em conta que, em 17 de novembro, a lista elaborada pela FENPROF registava 819 escolas e ontem, dia 24, já eram 950, ou seja, mais 131. A grande maioria não tinha apenas um caso, mas vários, atingindo alunos, docentes e trabalhadores não docentes.

Estes números não surpreendem se atendermos ao que tem sido a **evolução de novos casos na população mais jovem, entre os zero e os dezanove (19) anos**, isto é, na população escolar. Recorrendo aos números oficiais, se compararmos os dados de 6 de maio com os de 6 de novembro (seis meses depois), verificamos que o número total de infeções no país aumentou pouco mais de seis vezes, mas **no grupo 0-19 anos o aumento foi de vinte vezes**. Em 6 de maio, neste grupo mais jovem, havia 1.417 infeções registadas (5,3% do total); seis meses depois esse número era de 29.230, representando **17,5% do total de infeções verificadas**.

Portanto, o que está a faltar não são dados que confirmem o agravamento da situação epidemiológica nas escolas. **O que falta é:**

- **Transparência** na divulgação de dados, já que os números oficiais, no mínimo, aparecem truncados;
- **Coerência nos procedimentos**, continuando a haver decisões muito distintas de escola para escola, mesmo perante situações semelhantes;
- **A realização de testes**, com as direções das escolas a confirmarem, hoje mesmo, ainda não terem qualquer informação sobre a realização de testes de antigénio (rápidos), apesar do anúncio feito, já há semanas, pelo governo;
- **Distanciamento** nas salas de aula entre os alunos;
- **A colocação de assistentes operacionais** em número suficiente para garantir, desde logo, a limpeza e desinfeção que se exigem nos espaços utilizados;
- **Formas adequadas de acompanhar alunos em isolamento ou quarentena**, que não podem passar pela filmagem e divulgação (direta ou indireta) de aulas organizadas para o regime presencial.

Na verdade, o que falta é uma estratégia para as escolas. A sociedade já compreendeu isso. Não basta encerrar nos dias 30 de novembro e 7 de dezembro e desejar que a interrupção letiva chegue rapidamente, esperando que esses dias em que as escolas estarão encerradas resolvam o problema que se tem agravado. **É necessário que todos os dias, principalmente naqueles em que as escolas estão abertas, sejam garantidas as condições de segurança e adotadas medidas de prevenção que, não eliminando totalmente os riscos, os reduzam ao mínimo.** Não fazendo isso, os responsáveis da Educação, da Saúde e, de uma forma geral, o Governo demonstram um grande desrespeito por professores, trabalhadores não docentes e alunos, bem como pelas respetivas famílias, no seio das quais, segundo os especialistas, se dá o maior número de contágios. Esta pode ser a realidade e manter-se-á perigosamente assim enquanto fora da família não forem tomadas as medidas necessárias para travar a transmissão de uma infeção que, depois, é levada para casa.

A FENPROF reafirma a **necessidade de a lei sobre negociação coletiva ser cumprida e de as condições de segurança e saúde no trabalho serem negociadas entre o Ministério da Educação e as organizações sindicais**, sendo este mais um motivo por que os professores e educadores se preparam para fazer greve em 9, 10 e 11 de dezembro.